

Cristianismo e solidariedade: A utopia da misericórdia

José Eduardo Franco*

“Nós somos o que fazemos.”

Padre António Vieira

A história comparada das religiões permite-nos concluir que um dos grandes contributos do cristianismo para a história do aperfeiçoamento da humanidade prende-se com a revolução do olhar humano em relação ao Outro humano, o outro que não é da mesma família, da mesma tribo, da mesma cor ou raça, da mesma nação, da mesma civilização.¹

É certo que podemos encontrar nas muitas culturas, anteriores à afirmação de uma nova antropologia de fundo judeo-cristão, os valores do cuidado em relação ao próximo, mas fundamentalmente em circuito fechado, ou seja, dentro da esfera dos semelhantes, seja pelo critério do sangue, do lugar de nascimento territorial, cultural ou religioso. Ou então nas religiões e filosofias maniqueístas, como no caso do budismo, como desprezo de si, do corpo, para libertar a alma ou atingir o Nirvana.

No entanto, o Cristianismo, quer pelo seu ideário evangélico levado à prática pelas primeiras comunidades cristãs e quer teorizado pelos grandes teólogos e filósofos seguidores da doutrina de Cristo, operou a revolução da solidariedade conferindo-lhe uma abertura universalista total. A solidariedade é a expressão social da doutrina fundamental do principal conselho evangélico: a *caritas*. Esta visa operar em sentido cristão a promoção e o aperfeiçoamento do ser humano

¹ Ver Hans Kung, *Religiões do Mundo: Em busca dos pontos comuns*, 2.^a ed., Lisboa, Multinova, 2007.

* CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

de modo integral, tanto o destinatário de quem pratica a solidariedade como o sujeito ou protagonista dessa prática. Aliás, ser cristão é viver em regime de solidariedade a tempo pleno. É o que dá sentido à sua fé. Todos os homens são considerados iguais e livres perante Deus, na qualidade de seus filhos, e todos os homens são considerados irmãos entre si. A liberdade dos filhos de Deus compagina-se com a igual consideração de todos os homens como género humano e implica a afirmação da identidade universal de irmãos.

Como está bem patente na narrativa etiológica do Génesis sobre Caim e Abel, a condição de igualdade de irmãos decorre da condição de filhos de Deus que estabelece, ainda à luz de uma experiência negativa de (des)cuidado, uma ética fundamental do cuidado do outro, seja qual for a sua condição, comunidade de pertença ou estado de vida (*Gn* 4, 1-16). Também através de uma estratégia retórica de negação ou proibição, o Decálogo mosaico da Torá estabelece no Antigo Testamento ainda, e em muitos aspectos, uma solidariedade passiva em vista do não esmagamento do outro: não matarás, não levantarás falsos testemunhos, não cobiçarás...

As histórias-metáforas e Leis do Antigo Testamento que apontam no sentido da solidariedade fundamental em relação ao próximo foram plenamente consumadas pelos evangelhos do novo testamento e pela consagração universalista da mensagem cristã através da pregação de São Paulo a judeus e gentios.

Podemos, pois, afirmar que a grande revolução do cristianismo foi a revolução da solidariedade universal que consagra, em nome do amor a todo o próximo, a necessidade do cuidado, que se plasma e afirma como dever fundamental até nos variados rituais sacramentais da liturgia da Igreja. Por exemplo, vemos no batismo o cuidado da fé e o dever da caridade, no casamento o dever do cuidado pelo cônjuge, na Santa Unção o dever do cuidado perante a fragilidade maior da existência humana: a doença.

Esta revolução do *in solidum*, ou seja, da ideia de uma humanidade como unidade e diversidade, que se conjuga pela ideia fundamental de comunidade humana fraterna que progride para um fim de elevação comum com a colaboração

de todos, desenvolveu culturalmente uma consciência e um conjunto de valores que, remando secularmente contra estereotipias civilizacionais, visões hierarquizadas da dignidade humana, desembocou na proclamação universal dos Direitos do Homem. Esta proclamação não é mais do que a consagração da revolução da solidariedade que queria impedir não apenas o esmagamento do homem pelo homem (*homo homini lupus est*²), mas a afirmação da possibilidade de uma fraternidade universal que passaria necessariamente por garantir condições dignas de existência material, social e espiritual a todo o ser humano.

O conceito de solidariedade radica na ideia fundante de que todos são responsáveis pelo indivíduo e o indivíduo pela comunidade de indivíduos. O todo responde pela parte e a parte pelo todo, sendo todos e cada um construtores da comunidade total, não havendo felicidade senão na harmonia e na satisfação de todos e de cada um. A solidariedade é a concretização plena e social do Amor que conjuga perfeitamente os valores da liberdade, igualdade e fraternidade.

Vale a pena recordar aqui um pensador esquecido do século XIX, D. António da Costa – ministro fundador do primeiro Ministério da Instrução que foi precursor do nosso Ministério da Educação de hoje –, que reflete na sua obra sobre *Cristianismo e Progresso* como esta nova religião representou significativo progresso, inscrevendo nesta a fonte do autêntico progresso humano: “sentiam-no aqueles a quem por toda a parte chegava a Boa Nova. Acordava os corações. Era o progresso que agitava a humanidade. E que não cessou de agitar, acrescento. A filosofia cristã, principiando por declarar o homem livre e imortal, emancipou o escravo e enobreceu a todos. Foi um instrumento, de cujas cordas fizesse o aperfeiçoamento de harmonia sem limites de possibilidades nem tempo”³.

Num tempo de grande confronto ideológico entre catolicismo e a tradução nas correntes laicas dos princípios da Revolução Francesa, D. António da Costa procurava desbravar os fundamentos desses valores encontrando, na teologia cristã, a liberdade, a fraternidade e a igualdade: “A terra toda

² Frase consignada por Plauto na sua obra *Asinaria*, século III.

³ D. António da Costa, *O Cristianismo e o Progresso*, Porto, Figueirinhas, 1908, p. 38.

⁴ *Ibidem*, p. 26.

é habitada por uma grande família de irmãos, filhos do mesmo Deus, e regidos pela mesma lei moral. Ao ódio das nações sucede o amor da humanidade. Diante de Deus todos os homens são iguais, não formam senão um só corpo, não havendo mais gregos, judeus, bárbaros, gentios, livres, escravos, homens nem mulheres, porque não são todos senão UM em Jesus Cristo.”⁴ Ao fundamentar cristãmente o valor da fraternidade, alicerça também em Cristo o valor da igualdade, abatendo os preconceitos de muitos acerca deste último valor revolucionário. E desta afirmação cristã da fraternidade, considerada o princípio fundante da sociocaridade, conceito que pode hoje ser traduzido por solidariedade, brota a expressão perfeita do progresso, na medida em que este visa a universalidade, a igualdade e a eternidade. Nesta linha, teoriza o autor: “Este novo preceito é, além do amor nacional, o amor universal, e dentro do amor universal o amor aos próprios inimigos (...). Assim Jesus, incorporando-se no necessitado simbolicamente, imprimiu à caridade um carácter e, por esta espécie de virtuosa paixão, veio fazer de cada infeliz um Cristo (...). Mas a lei do amor veda ao homem o ser senhor absoluto do outro homem, quer seja na qualidade de pai, de marido, de vencedor ou de rico, e debaixo de todas as relações foi o homem socialmente modificado e reabilita a natureza.”⁵ O agir individual do homem e a organização social só podem ser aperfeiçoados se forem orientados por este grande valor da caridade. Só assim os homens sentirão palpitar a fraternidade e o amor que liberta dos interesses vãos e dá um sentido transcendente às relações entre homens e mulheres.

⁵ *Ibidem*, pp. 31, 99.

Com efeito, a história do cristianismo inspira e potencia aquela que podemos chamar uma epopeia da solidariedade no quadro da longa história humana.

As primeiras comunidades cristãs clandestinas no Império Romano e minoritárias entre os povos do Médio Oriente e Ásia Menor colocaram em prática esta doutrina da solidariedade e afirmaram a utopia, à custa do sangue dos mártires, da paz universal, renunciando à violência e solidarizando-se com os mais fracos e desprotegidos pelos poderes do mundo.

As comunidades cristãs desenvolveram-se não só como comunidade de fé, mas como verdadeiras redes de solidariedade. A solidariedade, que era uma doutrina acessória noutras religiões e civilizações, no cristianismo torna-se de facto fundamental: a confirmação humana da fé e do amor a Deus. “Se disser: ‘Amo a Deus’, mas tiver ódio ao seu irmão, esse é mentiroso; pois aquele que não ama o seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê” (1Jo 4, 20). Os cristãos concretizaram a utopia da solidariedade através da via que Tertuliano designava pela “Fraternidade da hospitalidade”.

Com o édito de tolerância de Constantino, a oficialização da Religião Cristã como religião do Império Romano abre uma nova era para a Igreja que conhece uma forte institucionalização não só das relações de poder, das funções e competências hierárquicas, das práticas litúrgicas, mas também das práticas de solidariedade. Começa a longa história institucional da solidariedade cristã, passando pela criação de hospitais, hospícios, gafarias, asilos e toda a plêiade de formas de assistência aos seres humanos em situação de fragilidade e de desproteção, especialmente em situação de doença física e mental, de pobreza extrema e de desvalimento social (crianças órfãs, mulheres viúvas ou sem família que garanta o seu sustento).⁶

Ao longo da Idade Média esta consciência de solidariedade traduzia-se quer no interior das novas instituições cristãs, quer nas práticas exteriores, fossem elas fomentadas por regras de vida institucional, por medidas dos poderes eclesiásticos de papas, bispos e padres, ou seculares de reis e príncipes, fossem ainda elas estimuladas por uma mentalidade que se renovava e superava os velhos atavismos de culturas ditas bárbaras e civilizações que não tinham inscrito na sua génese o cuidado universal do Outro.

O próprio fenómeno multiplicador das ordens religiosas que proliferam nos tempos medievais é marcado pelo ideário da solidariedade fundamental. Esta solidariedade fundamental orientava-se, em primeiro lugar, para os irmãos (*fratres*) da mesma ordem, mas também, especialmente nas não apenas contemplativas, para o cuidado do próximo, cuidado esse muitas vezes especializado. Podemos considerar que as

⁶ Cf. Fernando da Silva Correia, *Origens e formação das misericórdias portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa, 1999, p. 141 e ss.

ordens religiosas, e mais tarde as congregações suas sucedâneas, se desenvolvem como redes que hoje diríamos multinacionais especializadas no atendimento solidário a determinadas necessidades do universo humano, fossem elas espirituais, educativas, de proteção, de hospitalidade, de cura, de reabilitação de condições materiais,...

⁷ Ver José Eduardo Franco e Luís Machado de Abreu, *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*, 2 vols., Lisboa, Paulinas, 2014.

⁸ Ver o primeiro capítulo da tese de Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de Carvalho, *Por amor de Deus: representação das obras de misericórdia, em painéis de azulejo, nos espaços das confrarias da Misericórdia, no Portugal setecentista*, Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Texto mimeografado, 2007.

⁹ Cf. São Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, questão 30, artigo 1, São Paulo, Edições Loyola, 2004. Mas acabaria por ser Santo Antonino de Florença (1389-1459) quem aprofundaria a sistematização tomista das obras de misericórdia, divulgando-as em língua vulgar. No desaguçar da Idade Média, o movimento da *Devotio Moderna*, nascido nos Países Baixos com uma das suas obras de maior impacto, a *Imitação de Cristo*, vinda a público em 1400, de Thomas Kempis (1381-1471), daria um impulso prático ao programa das obras de misericórdia como regra de vida para todo o cristão. Este fomento imprimiria o desenvolvimento de uma nova consciência assistencialista que inspirará a fundação de novas instituições e a reforma das velhas na Época Moderna.

O ideário de muitas ordens e congregações implica uma vida de solidariedade radical e mesmo extrema em relação ao próximo. Poderíamos avocar muitos exemplos que compõem a história da solidariedade cristã, desde as ordens militares e hospitalares (Templários, Hospitalários de Santo Antão, Teutónicos, etc.), cujos membros devotavam a vida a proteger e cuidar dos peregrinos cristãos aos lugares santos e defender os seus territórios, ordens como a de São João de Deus, cujos irmãos se entregavam ao cuidado dos doentes mais frágeis, especialmente os doentes mentais, passando ainda por ordens, como os Trinitários (Ordem da Santíssima Trindade ou Redenção dos Cativos), que tinha o quarto voto de oferecer a sua liberdade, aceitando ficar cativo sob a custódia dos inimigos dos cristãos para libertar um irmão militar aprisionado, até à curiosa ordem medieval dos Ponteiros que se devotava à reconstrução de pontes e de barcas para ligar comunidades separadas por ribeiras, rios e lagos.

É neste tempo da grande gestão medieval, marcado por conflitos e transformações graves, que o ideal de caridade cristã se traduz na filosofia prática de uma solidariedade assente na ideia de Misericórdia, que deve fundar uma cultura com coração, em ordem a edificar o homem novo e uma sociedade nova totalmente humanizada. A misericórdia de Deus, simbolizada pelo seu coração, mote cristão fundamental para a revolução da cultura e das mentalidades. As obras de misericórdia, já patentes no exemplo da vida de Cristo relatado nos evangelhos, são sistematizadas pelo pensamento teológico medieval⁸, em especial por São Tomás de Aquino, que as estabelece como uma espécie de código de comportamento, ou melhor, um código de ação para todo o cristão⁹, não entendido como mera filantropia, mas com espírito católico, aberto a todo o ser humano que precise, e com sentido transcen-

dente, ou seja, apontando para uma realização não meramente terrena, mas encontrando justificação no transterreno, tendo por referência a pessoa divina de Cristo. “O que fizestes a um destes meus irmãos mais pequeninos a mim o fizestes” (Mt 25, 40). Mais ainda, agindo por referência ao agir paradigmático de Deus: “Sede misericordiosos como o vosso Pai do céu é misericordioso” (Lc 6, 36).

Recorde-se que ‘misericórdia’ vem do latim *mise-ricordia*, que quer dizer, na sua aceção etimológica, o movimento do coração (coração entendido como centro e símbolo por excelência da afetividade e da ternura). Mas, na língua hebraica, a raiz etimológica do vocábulo ‘misericórdia’ dá-nos o sentido mais ontológico e mais intensivo, permitindo tirar ilações teológicas mais profundas. *Rahamim* significa ‘misericórdia’, que se compõe a partir do seu radical *rehem*. Depreende-se desta aceção semita que quem é objecto de misericórdia como que é gerado por quem da mesma misericórdia é sujeito. Assim sendo, o coração de Deus, pleno de misericórdia, há de ser o gerador, através dos seus filhos, da sociedade nova marcada pelos valores do Evangelho.¹⁰

É na ideia de Misericórdia que se conjuga melhor uma ideia de Deus afirmada no Antigo Testamento, nomeadamente nos profetas (v.g. Oseias: a ideia de um Deus compadecido, terno e cheio de misericórdia) e a ideia de um Deus totalmente entendido como essencialmente um Deus-Amor que se afirma plenamente no Novo Testamento e fundamenta a ideia de solidariedade universal a que todo o cristão está obrigado.

A revolução da solidariedade, que passa não só pelo cuidado do semelhante, mas também da natureza, para que se garanta a harmonia entre os homens e o meio natural, desencadeou uma verdadeira epopeia humana da caridade/solidariedade.¹¹

Depois de tantos séculos de dificuldades, fragilidades, pobreza, marginalidades, desproteções do género humano, a que atendeu continuamente o ímpeto genético da solidariedade cristã, precisa o homem hodierno de solidariedade e mais ainda de misericórdia? No mundo de hoje, especialmente o Ocidental, marcado e comandado pela tecnologia, satisfeito

¹⁰ Cf. Padre Manuel Antunes, sj., *Obra completa*, Tomo II: *Paidea – Educação e Sociedade*, 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 85. Especifica Manuel Antunes: “Misericórdia (*rahmim*) prende-se com a matriz (*rehem*). Aquele que é objecto de misericórdia é como que gerado por aquele que da mesma misericórdia é sujeito. Sujeito por excelência de misericórdia é Iavé (...). Iavé nunca olvidará o seu povo, continuando a gerá-lo nas próprias entranhas. As manifestações futuras da *rahmim*, através da aliança (*berit*), da bondade (*ben*), da graça (*besed*), da fidelidade e da verdade (*hemet*), do amor (*ahava*), da paz (*shalom*), são tão numerosas como as estrelas do céu e as areias do mar”.

¹¹ Cf. Leonardo Boff, *Saber Cuidar. Ética do humano: Compaixão pela Terra*, Petrópolis, Vozes, 1999.

nas suas novas e velhas necessidades pela oferta quotidiana das mais diversas soluções vendidas nos meios de comunicação de massas, precisará o ser humano hipermoderno de misericórdia?

Não deixa de ser muito pertinente evocar aqui a grande atualidade do pensamento do Padre Manuel Antunes, que no início da década de 70 do século passado refletia sobre a fisionomia psicológica do homem contemporâneo, apelidando-o de *homem espuma* e de *homo mechanicus* que antecipa diagnósticos como aquele que só nos anos 80 serão feitos pelo francês Gilles Lipovetski na *Era do vazio*.¹² Preocupava-o esse novo tipo de homem, produto acabado da revolução industrial, e então já pós-industrial, e de todas as ideologias e correntes nascidas nos séculos XVIII, XIX e XX (iluminismo, marxismo, liberalismo, freudismo, relativismo, cientismo, materialismo, consumismo, ciberneticismo, etc., etc.).

Manuel Antunes escrevia em 1971 a certidão de nascimento deste novo tipo de homem, o *homem-espuma*: “Ele aí vem. Ligeiro, agitado, caprichoso, vão. Sem densidade e sem espessura. Sem raízes e sem passado. Nasceu hoje. Produto de uma sociedade sem pai e sem mãe, de uma sociedade espantosamente tumultuária e espantosamente célere no seu curso declivoso, o destino desse homem parece flutuar num momento e num momento sumir-se. Apareceu e desapareceu, embora a sua existência venha a ter mais de oitenta anos. (...) O homem-espuma sucede ao homem-máquina, ao *homo mechanicus*, de que fala Lewis Mumford”.¹³ E quem era esse homem-máquina em que se filia o homem-espuma?: “O *homo mechanicus* é um conquistador por natureza. Nenhum Alexandre, nenhum César, nenhum Tamerlão possuiu semelhante império. Nem de longe, na terra, no ar e no mar, esse império vastíssimo tende a alargar-se a tudo, a transformar tudo, a dominar tudo e absolutamente tudo. (...) O *homo mechanicus* é o homem da rotura. Da rotura de equilíbrio entre ele e o seu meio (natural); entre ele e o outro (ou os outros); entre ele e ele; angústia, ansiedade, insatisfação, inquietude contínua, morbidez subjetiva, difícil, por vezes, de ser verificada clinicamente, mentalmente excessivo – irrompe mesmo nas próprias disci-

¹² Cf. Gilles Lipovetski, *A Era do Vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa, Relógio de Água, 1988.

¹³ Padre Manuel Antunes, sj, *op. cit.*, p. 69.

plinas científicas –, sentimento de solidão até aos ossos. (...) *O homo mechanicus* é o *homo cyclopicus*, género abarcando as três espécies que os mitógrafos gregos descrevem (...). À semelhança dos Ciclopes, ele sofre de gigantismo, à semelhança dos Ciclopes, ele tem uma só vista na testa, muito grande, muito fixa e muito profundamente cavada que só lhe permite ver num sentido – de frente – cortando-lhe todas as restantes perspetivas; à semelhança dos Ciclopes, ele possui, no prolongamento, mediato ou imediato do próprio corpo, um poder, uma força e uma energia que excedem tudo aquilo que a fantasia mais fecunda e mais ousada pôde imaginar ao longo de milénios da história humana”.¹⁴

¹⁴ *Ibidem*, pp. 75, 76 e 77.

O que pode redimir este homem que, usando as possibilidades quase infinitas das suas conquistas científicas e técnicas, corre o risco de se volatizar, de se perder num egoísmo solipista e esmagador, numa alienação que desumaniza, como se pode observar no filme recente e muito aclamado: *Uma história de amor*.

Segundo Manuel Antunes, no seu belo texto sobre o *Homo Misericors*, que é um verdadeiro hino à misericórdia, neste homem novo modelado pelo valor fundante da misericórdia é que está a possibilidade de transfiguração e de ser encontrada a via para um novo humanismo. A misericórdia é uma “constelação formada pela ternura, a bondade, a paciência, o respeito, a servicialidade, a compaixão, a reconciliação, a longanimidade, a indulgência – não demissiva da exigência –, a atenção ao outro, nas suas dimensões do outro, a vontade de o aceitar, de o compreender, de o escutar ou, porventura mesmo, de o ajudar a libertar-se, de ir ao seu encontro, sobretudo se a sua situação é dolorosa, complicada e difícil”. E continua Manuel Antunes, dizendo o que não é a misericórdia: “A misericórdia não é sinónimo nem de pietismo privatista, nem de sentimentalismo romântico, efusivo de mares de lágrimas sem sentido e sem motivo, nem paternalismo, materialismo e fraternalismo platónico ou platonizantes.”

Mas afinal o que é a misericórdia:

“É uma força que desperta ante o espetáculo desolado da miséria alheia. É um olhar que vivifica e não mata, salva e não

¹⁵ *Ibidem*, p. 86.

condena, ergue e não deprime. É um impulso para agir sem cumplicidade e para reunir sem massificar. É uma vontade de sair de si, da prisão do próprio ‘eu’, para transformar o mundo e se transformar a si mesmo em permanente e incansável reciprocidade”.¹⁵

É com base nesta ideia fundadora de uma cultura da misericórdia que assenta a nossa defesa do ideal supremo da solidariedade humana, não tanto (ou e não só) como uma ideia de solidariedade da manutenção, que passa por atender às necessidades básicas (dar de comer a quem tem fome, vestir o nu, etc.). Sem desmerecer esta prática fundamental da solidariedade, existe uma outra para onde se deve tender também, e especialmente nos dias de hoje, que é a solidariedade para a criação, para a autonomia, para o empreendedorismo. Ou seja, uma solidariedade libertadora e criadora, que, àqueles que têm capacidades para o efeito, passe *não por dar o peixe, mas ensinar a pescar*, socorrendo-me aqui da conhecida metáfora patente no célebre aforismo da sabedoria oriental. Por isso, hoje é tão grande obra de misericórdia dar o pão a quem tem fome, como uma nova forma de misericórdia que é a de criar emprego, oferecer oportunidades para cada mulher e homem poder realizar-se autonomamente, sendo protagonista da sua própria história de realização e de felicidade, atenuado das dependências.

E terminemos com a definição do poder humanizador da misericórdia nas palavras de Manuel Antunes, que configura uma utopia possível para transfigurar a vida em sociedade atacada por tantas vicissitudes que a atrofiam:

“É pela misericórdia que se salvam as relações de pessoa a pessoa, sobretudo quando essas relações, por este ou por aquele motivo, têm de ser longas, complexas, triturantes: no parentesco, na vizinhança, na situação profissional, no mais largo espaço social. É pela misericórdia que os grupos não se funcionalizam, não se homogenizam e não se dissolvem. É pela misericórdia que a política não degenera em maquiavelismo do príncipe, individual ou coletivo. É pela misericórdia que inveteradas inimizades cessam, convertendo-se, porventura, no seu contrário. É pela misericórdia que diuturnos ressen-

timentos abrandam, lívidas invejas desaparecem, passos vacilantes se tornam firmes. É pela misericórdia que se abre o coração ao estrangeiro, se olha o insólito sem animosidade, como princípio, se encaram hábitos alheios e alheios sistemas de referência, sem atitudes condenatórias e sem julgamentos sumários. É pela misericórdia que se realiza a melhor apreensão e compreensão do mundo e da vida: a apreensão e compreensão dos místicos. É pela misericórdia – rio acaso subterrâneo – que se ligam mares e continentes, cidades e aldeias, distantes, culturas e civilizações separadas por toda a espécie de barreiras. A misericórdia constitui o fulcro, o eixo, o gonzo de tantas outras coisas. (...) A misericórdia é a grande via de acesso à transcendência”.¹⁶

¹⁶ *Ibidem*, pp. 87.

Estamos num tempo complexo, numa época grávida de incertezas, mas também de grandes possibilidades. Corremos um sério risco de se perder grandes conquistas dos últimos séculos que muito contribuíram para encarecer a dignidade dos serem humanos no seu conjunto como pessoas e como cidadãos. A atual deriva do individualmente egotizante, a crescente tecnicização do cosmos e da vida humana em sociedade, a escassez de recursos e a hiperconcentração dos bens disponíveis na Terra nas mãos de alguns, podem criar novos fenómenos de guetização social, novas ditaduras opressoras e acentuar as desigualdades e as diferenças no acesso a meios e a oportunidades de desenvolvimento integral para todos. A formação de uma nova sensibilidade social e individual marcada pela ideia de misericórdia poderá insuflar uma atmosfera nova que opere, embora de forma discreta, uma revolução social que faça erguer um homem novo, mais sensível ao próximo, tendo por horizonte a sempre desejada e nunca totalmente alcançada fraternidade universal onde haja lugar para todos.